



Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas:
A Administração da Lupatech S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 (4T23) e ao ano de 2023, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Lupatech S.A. é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para construção de poços; artefatos de materiais compósitos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petrolíferas.

Mensagem da Administração aos Acionistas e Agentes do Mercado de Capitais

2023 foi um ano marcado por eventos patrimoniais importantes para a Companhia. Em 14 de março foi decretado o fim da recuperação judicial. O pedido de recuperação foi efetuado em 25 de maio de 2015, de sorte que o esforço de reestruturação dos passivos e das operações da companhia durou quase 8 anos. O encerramento do processo teve repercussões positivas tanto no ambiente financeiro - maior receptividade ao financiamento da Companhia pelo mercado - como no ambiente comercial - com melhor percepção dos clientes sobre a empresa. Retomamos nossa atuação no mercado de capitais, com duas operações realizadas no período: uma emissão de debêntures conversíveis com bônus de subscrição como vantagem adicional, e uma emissão de bônus de subscrição.

A 4ª emissão de debêntures, em março, permitiu a injeção de R\$ 10 milhões em capital, e pavimentou caminho para uma possível conversão de créditos sujeitos à recuperação judicial em capital, pelo exercício dos bônus. Devido à queda do preço das ações, os parâmetros da emissão ainda não favoreceram que se materializasse a capitalização de dívida. Através da 4ª emissão de bônus de subscrição, em julho, a Companhia logrou uma injeção de capital de R\$ 15,1 milhões até a data deste relatório, valor menor que o montante estimado, também devido a queda das cotações. Um terceiro evento contribuiu significativamente para a melhoria da posição financeira da Companhia: o acordo realizado no âmbito do procedimento arbitral movido em razão de descumprimentos contratuais associados à aquisição das empresas San Antonio em 2012. Como resultado da contenda, a Companhia recebeu compensações no valor de R\$ 47 milhões, sendo R\$ 32,8 em dinheiro e R\$ 14,2 em direitos creditórios.

Por fim, a Companhia também progrediu na desmobilização de ativos remanescentes das operações de serviços, tendo negociado R\$ 11,7 milhões em equipamentos diversos, à vista e a prazo, remanescendo estimados R\$ 20,6 milhões ainda à venda. A carteira de pedidos encerrou o ano com um saldo de R\$ 81 milhões em pedidos firmes, um crescimento em relação ao trimestre anterior, decorrente de uma atividade comercial aquecida. Nesta esteira, no último trimestre a Companhia obteve dois pedidos de compra de cabos de ancoragem, permitindo a retomada do fornecimento deste produto. O negócio de Cabos e Compósitos apresentou um crescimento de 43% em relação ao ano anterior, fechando o ano com receitas de R\$ 8 milhões, oriundas principalmente da venda de tubos de fibra de vidro para revestimento (*liners*). O ano de 2024 inicia-se mais promissor, com uma carteira firme de R\$ 12,1 milhões nesse negócio. Em válvulas, as receitas de 2023 foram 25% mais baixas que no ano anterior. Pesou para a diferença um contrato de fornecimento de válvulas para FPSOs em 2022, que gerou receitas no montante de R\$ 19 milhões no ano anterior. Em que pese a carteira favorável ao longo 2023, alguns eventos como atrasos logísticos e a retração da oferta de crédito no início do ano (decorrentes do contágio de um grande evento) prejudicaram os esforços de crescimento. Em 2024, iniciamos o ano com uma perspectiva melhor em termos de liquidez e com uma carteira de pedidos em aceleração.

Em 2023, as despesas comerciais são predominantemente variáveis na forma de fretes e comissões. Em 2023, as despesas comerciais da Companhia totalizaram R\$ 12,7 milhões contra R\$ 10,2 milhões em 2022. A variação se deu principalmente no segundo semestre de 2023 devido a características dos negócios predominantes naquele período. Despesas Administrativas: as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 21,2 milhões em 2023 contra R\$ 22,8 milhões em 2022. A redução frente ao ano anterior é devida, substancialmente, pelas despesas não recorrentes embutidas no resultado do período anterior comparado. Honorários dos Administradores: o valor apresentado é composto de remunerações fixa e variável.

Balancos Patrimoniais (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.440	2.734	19.907
Contas a receber de clientes	6	13.340	18.227	18.140
Estoques	7	26.931	26.460	32.678
Impostos a recuperar	8	26.479	35.791	40.701
Adiantamento a fornecedores		7.260	3.074	7.522
Outras contas a receber	9	1.814	3.730	5.612
Despesas antecipadas		469	629	553
Empresas ligadas	17,1	939	19.619	-
Ativos classificados como mantidos para venda	10	896	3.236	20.598
Total do ativo circulante		79.568	113.500	145.711
Não Circulante				
Outros créditos		-	1	-
Depósitos judiciais	21,1	1.489	1.897	5.079
Títulos e valores mobiliários	5	44	44	44
Impostos a recuperar	8	6.238	1.115	6.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	55.156	62.164	56.180
Empresas ligadas	17,1	9.742	12.644	-
Outras contas a receber	9	33.663	32.848	34.502
Investimentos				
Investimentos em controladas e coligadas	11,1	256.555	305.036	-
Propriedade para investimento	11,2	-	-	19.685
Imobilizado	12	20.081	22.544	131.405
Intangível				
Ágio na aquisição de investimentos	13	61.479	61.479	82.166
Outros intangíveis	13	760	1.292	1.044
Total do ativo não circulante		445.207	501.064	337.058
Total do Ativo		524.775	614.564	482.769
				526.894

Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	14	6.957	7.515	9.876
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	14	5.196	4.731	5.196
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	15	29.206	32.194	44.367
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	15	4.770	3.311	6.266
Salários, provisões e contribuições sociais	4	4.766	4.516	5.493
Impostos a recolher	22	13.742	16.215	22.323
Obrigações e provisões trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		315	1.144	315
Adiantamento de clientes		731	332	1.161
Outras contas a pagar	20	5.125	5.573	5.783
Outras obrigações - sujeitas à recuperação judicial	20	2.138	1.457	2.138
Empresas ligadas	17,1	4.454	32.559	-
Total do passivo circulante		77.400	109.547	102.918
Patrimônio Líquido				
Capital social	23	1.920.820	1.898.871	1.920.820
Reservas e transações de capital		144.754	139.150	144.754
Ajustes de avaliação patrimonial		74.679	191.562	74.679
Prejuízos acumulados		(1.980.690)	(2.041.877)	(1.980.690)
Atribuído a participação dos acionistas da Companhia		159.563	187.706	159.563
Total do patrimônio líquido		159.563	187.706	159.563
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		524.775	614.564	482.769

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Lucro dos períodos		52.649	54.866	52.649
Depreciação e amortização	12 e 13	3.538	4.482	6.497
Reversão (Estimativa) para perda pela não recuperabilidade de ativos	12 e 13	2.341	-	(6.835)
Equivalência patrimonial	11,1	(53.626)	27.172	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado		(124)	(45)	3.923
Encargos financeiros e variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	17.803
Reserva de capital		(645)	-	(13.109)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		1.898.871	139.150	(2.041.877)
Aumento de capital		21.949	-	21.949
Ajuste de exercícios anteriores		-	8.538	8.538
Lucro do exercício		-	52.649	52.649
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	(116.883)
Reserva de capital		-	5.604	5.604
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		1.920.820	144.754	(1.980.690)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Lucro dos períodos		52.649	54.866	52.649
Depreciação e amortização	12 e 13	3.538	4.482	6.497
Reversão (Estimativa) para perda pela não recuperabilidade de ativos	12 e 13	2.341	-	(6.835)
Equivalência patrimonial	11,1	(53.626)	27.172	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado		(124)	(45)	3.923
Encargos financeiros e variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	17.803
Reserva de capital		(645)	-	(13.109)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		1.898.871	139.150	(2.041.877)
Aumento de capital		21.949	-	21.949
Ajuste de exercícios anteriores		-	8.538	8.538
Lucro do exercício		-	52.649	52.649
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	(116.883)
Reserva de capital		-	5.604	5.604
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		1.920.820	144.754	(1.980.690)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Lucro do Exercício	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	29	46.695	2.956	71.612
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	1.284	1.553	1.292
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	(1.188)	(918)	(1.271)
Resultado líquido		136.204	117.380	195.911

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Fins em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Em milhares de Reais)				
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	27	88.999	113.661	103.615
Receita na alienação de ativo imobilizado		234	108	20.663
Outras receitas	2			

—★ continuação

LUPATECH S.A.

Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.lupatech.com.br/ri.

1.2 Continuidade operacional: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. O Grupo Lupatech busca recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos industriais do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos. A Companhia vem melhorando progressivamente seus resultados operacionais, sendo que a continuidade depende não só de melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e repapeliamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. **2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A. e suas controladas. **Empresas controladas:** As informações financeiras de empresas controladas são consolidadas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação direta e indireta (%)	
	31/12/2023	31/12/2022
Empresas controladas diretas e indiretas		
Participações diretas		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda) *	5,00	5,00
Clival II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda) **	95,00	95,00
UOP Perfuração e Completação Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - (Brasil) **	—	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - (Brasil) **	—	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - (Brasil) **	—	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Clival II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	100,00	100,00

*Empresas em processo de liquidação. **Empresas incorporadas na Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. em 31 de dezembro de 2023. *Empresas em processo de liquidação:* As coligadas Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. e Unap Internatinal Ltd., na data dessas demonstrações financeiras encontraram-se em processo de liquidação. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado das referidas coligadas, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Balanco Patrimonial		
(Em milhares de Reais)		
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber de Clientes	—	2.199
Empresas ligadas	—	115.127
Total do ativo circulante	—	117.326
Não Circulante		
Empresas ligadas	—	12.154
Imobilizado	17.407	32.737
Total do ativo não circulante	17.407	44.891
Total do Ativo	17.407	162.217
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores	—	163
Empresas ligadas	—	18.263
Total do passivo circulante	—	18.426
Não Circulante		
Empresas ligadas	15.082	56.281
Total do passivo não circulante	15.082	56.281
Patrimônio Líquido		
Capital social	178.073	272.332
Reservas e transações de capital	4.173	14.844
Prejuízos acumulados	(179.921)	(199.668)
Total do patrimônio líquido	2.325	87.510
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.407	162.217
Demonstração do Resultado		
(Em milhares de Reais)		
	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	—	—
Despesa com Produtos Vendidos	—	—
Lucro bruto	—	—
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(43)	(143)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.119)	(11.624)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(6.162)	(11.767)
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(1.975)	(301)
Receitas Financeiras	4.893	—
Prejuízo Antes do IRPJ e da CSLL	(3.244)	(12.068)
IRPJ e CSLL	—	—
Prejuízo do Exercício	(3.244)	(12.068)

3. Práticas contábeis materiais: O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é o seguinte: **3.1 Instrumentos Financeiros:** A categoria de passivos contábeis de instrumentos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado. **3.1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.1.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras. **Contas a receber de clientes:** São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos. **3.1.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **3.2 Ajuste a valor presente:** Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mudança do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros. **3.3 Ajuste a valor justo:** O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de produção total de custos industriais, inferior aos valores de realização. No caso dos estoques manufaturados e abertos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. **3.5 Intangíveis - Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*). O ágio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. **3.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: "O custo de materiais e mão de obra direta." Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; "Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; " Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o período do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Itens não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas estimadas são as seguintes:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano
Terenos	0%
Prédios e construções	3%
Máquinas e equipamentos	12%
Moldes e matrizes	7%
Instalações industriais	21%
Móveis e utensílios	9%
Equipamentos para processamento de dados	34%
Beneficiárias	8%
Veículos	12%

3.7 Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment): a. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em

uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **c. Ativos classificados como valor justo por meio do resultado:** Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes. **d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **e. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 19. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a. Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 21). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.10 Dívidas diluídas e obrigações:** São demonstradas pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.11 Conversão de saldos em moeda estrangeira: a. Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda) *	Reais	Brasil
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	Dólar Americano	Holanda
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Oil&Gas Cooperatief U.A. - (Holanda) *	Dólar Americano	Holanda
UOP Perfuração e Completação Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman) **	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Clival II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil

Empresas do Grupo: Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação conforme abaixo: • Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço; • As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; • Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes Acumulados de Conversão", subconta do grupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial". **3.12 Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. **3.13 Investimentos em controladas (Controladoras):** Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. **3.14 Relatório por segmento:** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração. **3.15 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional. **3.16 Novas normas, alterações e mudanças contábeis:** A Companhia não aplicou as novas normas em primeira vez em 2023. A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Pronunciamento	Alteração/aprimoramento
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements</i>	Divulgações de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explica como identificá-las. Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação do passivo por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Estabelecimento de distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças contábeis e correção de erros. Norma não aplicável à Empresa. Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements</i>	
IAS 8 - <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	
IFRS 17 - <i>Insurance</i>	
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 10 - Ativos mantidos para venda; Nota explicativa 12 - Imobilizado; Nota explicativa 13 - Intangíveis; Nota explicativa 19 - Imposto de renda e contribuição social; Nota explicativa 21 - Processos contingentes e depósitos jurídicos; De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir: **a. Imposto de renda diferido:** O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidades das Unidades Geradoras de Caixa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros. **b. Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **c. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anteriormente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e provisões econômico financeiras de longo prazo. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, não se concretizarem como esperado no futuro. As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa e bancos	—	—	—	—	—	—	—	—
No Brasil	885	2.115	2.823	2.340	—	—	—	—
No exterior	—	—	66	14	—	—	—	—
Total	885	2.115	2.889	2.354	—	—	—	—
Aplicações Financeiras - CDB								
Certificado de depósito bancário	555	619	17.018	10.817	—	—	—	—
Total	1.440	2.734	19.907	13.171	—	—	—	—
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44	—	—	—	—

Os valores de caixa e equivalentes de caixa são referentes a aplicações em renda fixa e certificado de depósito bancário, com vencimentos imediatos e de curto prazo, exceto quanto a aplicações em CDB da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo vinculado à garantias é de R\$ 12.137. No período comparativo,

o aumento em aplicações financeiras está principalmente associado à captação de recursos junto a instituições financeiras.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora	Consolidado
	31	

continuação **LUPATECH S.A.**
Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Síntese de movimentação do imobilizado:

	Controladora									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e moldes e matrizes	equipamentos e benfeitorias	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.751	8.269	89.224	2.058	3.923	4.201	856	558	112.840	
Adições	-	-	374	21	2	17	233	7	654	
Baixas	-	-	(279)	(11)	(14)	(61)	-	(2)	(367)	
Transferências	-	-	44	-	-	-	-	(44)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.751	8.269	89.363	2.068	3.911	4.157	1.045	563	113.127	
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2.597)	(78.623)	(1.335)	(3.343)	(3.947)	-	(451)	(90.296)	
Adições	-	(176)	(2.362)	(371)	(37)	(58)	-	(2)	(3.006)	
Baixas	-	-	187	5	5	57	-	2	256	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(2.773)	(80.798)	(1.701)	(3.375)	(3.948)	-	(451)	(93.046)	
Imobilizado líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.751	5.672	10.601	723	580	254	856	107	22.544	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.751	5.496	8.565	367	536	209	1.045	112	20.081	

	Controladora									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e moldes e matrizes	equipamentos e benfeitorias	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.730	113.152	102.487	5.757	5.734	7.891	931	13.863	263.545	
Adições	-	-	444	21	6	19	306	7	803	
Baixas	-	-	(366)	(10)	(114)	(886)	-	(515)	(1.891)	
Transferências	-	-	172	15	-	-	(61)	-	-	
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	179	-	-	-	179	
Efeito financeiro capitalizado	-	-	1.250	-	-	-	-	-	1.250	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.730	113.152	103.987	5.783	5.679	7.024	1.176	13.355	263.886	
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(12.873)	(88.353)	(3.116)	(4.938)	(7.475)	-	(8.404)	(125.159)	
Adições	-	(2.713)	(2.652)	(446)	(72)	(73)	-	(2)	(5.958)	
Baixas	-	-	269	5	42	874	-	482	1.673	
Efeito financeiro capitalizado	-	-	(3.036)	-	-	-	-	-	(3.036)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(15.586)	(93.772)	(3.557)	(4.969)	(6.674)	-	(7.924)	(132.480)	
Imobilizado líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.730	100.279	14.134	2.641	796	416	931	5.459	138.386	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.730	97.566	10.215	2.226	711	350	1.176	5.431	131.405	

Determinados bens do ativo imobilizado, encontram-se onerados por meio de hipotecas, que garantem empréstimos, ou penhora, em determinadas contingências tributárias. A tabela a seguir exibe os montantes de bens onerados, conforme valor contábil vigentes:

	Controladora	Consolidado
Bens Onerados por		
Tributário (execuções fiscais)	7.252	7.284
Empréstimos e financiamentos	8.958	103.194
Total	16.210	110.478

Segundo laudos elaborados por avaliadores independentes, o valor de mercado dos imóveis e máquinas e equipamentos somam R\$ 170.840.

	Controladora				Consolidado			
	Taxa ponderada de amortização	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ágios na aquisição de investimentos (*)	-	61.479	61.479	82.166	82.166			
Softwares e outras licenças	20% a.a.	15	319	41	353			
Desenvolvimento de novos produtos	20% a.a.	745	973	1.003	1.230			
Total		62.239	62.771	83.210	83.749			

(*) Na Controladora representa o saldo do ágio das controladas incorporadas. Síntese de movimentação do intangível:

	Controladora				Consolidado				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total	
Custo do intangível bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.479	13.270	10.233	84.982	61.479	13.270	10.233	84.982	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.479	13.270	10.233	84.982	61.479	13.270	10.233	84.982	
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(12.951)	(9.260)	(22.211)	-	(12.951)	(9.260)	(22.211)	
Adições	-	(304)	(228)	(532)	-	(304)	(228)	(532)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(13.255)	(9.488)	(22.743)	-	(13.255)	(9.488)	(22.743)	
Intangível líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.479	319	973	62.771	61.479	319	973	62.771	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.479	15	745	62.239	61.479	15	745	62.239	

	Controladora				Consolidado				
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total	
Custo do intangível bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.890	16.356	11.581	107.827	79.890	16.356	11.581	107.827	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.890	16.356	11.581	107.827	79.890	16.356	11.581	107.827	
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.276	(16.003)	(10.351)	(24.078)	2.276	(16.003)	(10.351)	(24.078)	
Adições	-	(312)	(227)	(539)	-	(312)	(227)	(539)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.276	(16.315)	(10.578)	(24.617)	2.276	(16.315)	(10.578)	(24.617)	
Intangível líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.166	353	1.230	83.749	82.166	353	1.230	83.749	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	82.166	41	1.003	83.210	82.166	41	1.003	83.210	

	31/12/2023						31/12/2022					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores:												
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	5.196	39.666	44.862	5.196	39.666	44.862	4.731	41.035	45.766	4.731	41.035	45.766
Estrangeiros	-	8.267	8.267	-	8.267	8.267	-	8.933	8.933	-	8.933	8.933
(-) Ajuste a valor presente	-	(21.284)	(21.284)	-	(21.284)	(21.284)	-	(23.806)	(23.806)	-	(23.806)	(23.806)
5.196	26.649	31.845	5.196	26.649	31.845	5.196	26.162	30.893	4.731	26.162	30.893	
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	6.795	-	6.795	9.714	-	9.714	7.394	-	7.394	10.953	-	10.953
Estrangeiros	162	-	162	162	-	162	121	-	121	121	-	121
(-) Ajuste a valor presente	6.957	-	6.957	9.876	-	9.876	7.515	-	7.515	11.074	-	11.074
12.153	26.649	38.802	15.072	26.649	41.721	12.246	26.162	38.408	15.805	26.162	41.967	

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos fornecedores estão conforme segue:

	Controladora e Consolidado		31/12/2023	
	Vencimento	31/12/2023	2025	2026
2025		1.417		
2026		1.794		
2027		2.172		
2028		2.896		
A Partir de 2029		18.370		
		26.649		

	31/12/2023				31/12/2022				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
15. Empréstimos e financiamentos:									
Sujeito à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Créditos com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	2.616	37.630	40.246	2.616	37.630	40.246	1.495
(-) Ajuste a valor presente			-	(16.815)	(16.815)	-	(16.815)	(16.815)	(1.266)
Créditos quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	2.154	72.786	74.940	2.154	72.786	74.940	1.816
(-) Ajuste a valor presente			-	(35.545)	(35.545)	-	(35.545)	(35.545)	(1.816)
Moeda estrangeira									
Créditos quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a.	-	-	-	1.496	71.933	73.429	-
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(37.727)	(37.727)	-
4.770	58.056	62.826	6.266	92.262	98.528	3.311	61.830	65.141	4.331
Não sujeito à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Capital de giro/expansão - BNDES*	TULP	6,55% a.a.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	FIXO	1,86% a.m.	17.581	-	17.581	17.834	-	17.834	20.984
Capital de Giro e FCI**	FIXO	1,68% a.m.	5.377	2.765	8.142	15.366	2.765	18.131	4.962
Moeda estrangeira									
Capital de giro/expansão - BNDES*	DÓLAR	5,10% a.a.	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519	1.214
			29.206	2.765	31.971	44.367	2.765	47.132	32.194
			33.976	60.821	94.797	50.633	95.027	145.660	35.505

*Os créditos para "Capital de Giro/Expansão" outorgados pelo BNDES são objeto de litígio (Nota 21) que envolve, entre outros, a classificação dos créditos. Os valores indicados no quadro correspondem ao valor total objeto da discussão, e se subdividem em uma parte sujeita à Recuperação Judicial e uma parte não sujeita. A parte não sujeita se limita ao valor dos bens objeto de alienação fiduciária, valor este que somente poderia ser afetado em hasta segundo decisão do TJ-SP - segundo laudos de avaliação contratados pela Companhia, os bens tinham o valor de R\$ 5.005 em 2018. **Em virtude do não atendimento de *Covenant* Financeiro de Cédula de Crédito Bancário (BOCOM), onde a avaliação é realizada através de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras auditadas, o valor de R\$ 3.451 foi classificado como circulante em 31 de dezembro de 2023. Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos são detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Vencimento	31/12/2023	31/12/2023	2025
2025		4.035		5.642
2026		4.339		6.374
2027		5.479		7.943
2028		3.285		9.958
A Partir de 2029		43.683		65.110
		60.821		95.027

Abaixo, a movimentação dos empréstimos sujeitos à recuperação judicial em 2023:

	31/12/2023						31/12/2022					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e financiamento sujeitos à Recuperação Judicial												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65.141	-	65.141	99.857	-	99.857	65.141	-	65.141	99.857	-	99.857
Atualização de juros	-	-	-	3.667	-	3.667	-	-	-	3.667	-	

Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

21.3 Ativos Contingentes: O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas não registradas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

	Controladora		Consolidado	
	Expectativa de ganho	Expectativa de ganho	Expectativa de ganho	Expectativa de ganho
	Possível	Provável	Possível	Provável
Tributárias	100	318	1.689	12.188
Cíveis	7.296	7.968	16.119	8.557
Total em 31 de dezembro de 2023	7.396	8.286	17.808	20.745
Total em 31 de dezembro de 2022	5.411	48.437	11.367	59.526

(i) **Ativos Contingentes Tributários:** O Grupo Lupatech possui demandas judiciais pleiteando o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A matéria foi decidida pelo STF em repercussão geral, pelo que a empresa espera que esses processos tramitem com decisões favoráveis. Por ainda serem objeto de disputa, mantêm-se o tratamento contábil de parte dos ativos contingentes até que estejam presentes os elementos para reconhecer os créditos tributários correspondentes. O montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado parcial de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, consta na nota explicativa nº 8. O Grupo Lupatech possui demandas judiciais pleiteando a restituição do ICMS-Importação incidente em operações albergadas por regime especial de admissão temporária, em que não houve a transferência de titularidade do bem. Por ainda serem objeto de disputa, mantêm-se o tratamento contábil de parte dos ativos contingentes até que estejam presentes os elementos para reconhecer os créditos tributários correspondentes. (ii) **Ativos Contingentes Cíveis:** Procedimento arbitral movido contra CIM Componentes: Trata-se de procedimento arbitral instaurado pela Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. em face da CIM Componentes, atual denominação Quantum Indústria Metalúrgica Ltda., por conta do inadimplemento do Contrato de Compra e Venda de contenedores de Carga para Transporte, firmado em 25 de fevereiro de 2012, e relação arbitrária realizada por esta última da quantia adiantada pela Lupatech ao longo da execução do contrato em questão, no montante histórico de R\$5.402 representada pela quantia adiantada pela Lupatech, menos o montante de contenedores entregues pela CIM Componentes. Em 08 de junho de 2022, foi prolatada a sentença arbitral confirmando a existência de um crédito em favor da Lupatech no valor histórico supracitado, cujos critérios de correção monetária e juros moratórios ainda seriam definidos em uma fase de posterior liquidação. Não houve abertura da fase de liquidação em virtude da CIM Componentes não ter trazido aos autos os documentos relativos ao seu pedido, bem como por não ter pago as custas do procedimento. Aguarda-se deliberação final do Tribunal Arbitral sobre o pedido da Lupatech para fixação dos termos iniciais da correção monetária e dos juros moratórios. **22. Impostos a Recolher:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a recolher - Circulante				
Parcelamento ICMS	—	—	1.205	63
Parcelamento INSS	26	21	44	39
Parcelamento Ordinário	4.321	2.489	7.690	4.169
Parcelamento Recuperação Judicial	455	654	1.139	1.314
Transação Excepcional PGFN 8.798/2022	1.191	6.231	1.334	8.572
Parcelamentos Municipais	115	5	131	21
ICMS	19	73	49	1.109
INSS	1.560	1.555	1.974	2.068
IRRF	703	714	776	817
CSLL	21	13	24	17
COFINS	655	738	1.602	1.296
PI	107	127	302	268
PI	259	—	259	975
ISSQN	26	21	670	—
FGTS	4.241	3.513	4.791	4.731
Outros impostos/parcelamentos	43	50	333	518
Total	13.742	16.215	22.323	25.977

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a recolher - Não Circulante				
Parcelamento ICMS	—	—	4.151	3.745
Parcelamento INSS	—	—	38	53
Parcelamento Ordinário	11.958	7.733	21.948	13.077
Parcelamento Recuperação Judicial	808	969	2.374	2.839
Parcelamentos Municipais	18	—	305	353
Outros impostos/parcelamentos	96	112	383	455
Total	12.880	8.815	29.199	20.522

23. Patrimônio Líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	1.920.820	1.898.871	1.920.820	1.898.871
Reservas e transações de capital	144.754	139.150	144.754	139.150
Ajustes de avaliação patrimonial	74.679	191.562	74.679	191.562
Prejuízos acumulados	(1.980.690)	(2.041.877)	(1.980.690)	(2.041.877)
Total do patrimônio líquido	159.563	187.706	159.563	187.706

a) Capital social: O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	Capital Social
Total em 31 de dezembro de 2022	30.353	1.898.871
Ata 005/2023 de 08 de fevereiro de 2023	0,1	0,1
Ata 005/2023 de 16 de março de 2023	0,1	0,1
Ata 011/2023 de 27 de abril de 2023	0,9	1,0
Ata 031/2023 de 05 de setembro de 2023	28	49
Ata 032/2023 de 13 de setembro de 2023	4.801	7.434
Ata 033/2023 de 20 de setembro de 2023	33	51
Ata 034/2023 de 04 de outubro de 2023	7	11
Ata 035/2023 de 18 de outubro de 2023	16	19
Ata 036/2023 de 06 de novembro de 2023	5,6	68
Ata 039/2023 de 21 de novembro de 2023	1.544	1.817
Ata 040/2023 de 05 de dezembro de 2023	36	46
Ata 041/2023 de 21 de dezembro de 2023	103	752
Emissão de novas ações - exercício de bônus de subscrição	6.625	10.249
Ata 005/2023 de 02 de março de 2023	687	1.021
Ata 022/2023 de 16 de junho de 2023	180	493
Emissão de novas ações - exercício de opções outorgadas	867	1.514
Ata 014/2023 de 05 de maio de 2023	1.256	4.200
Ata 026/2023 de 11 de julho de 2023	787	2.524
Ata 027/2023 de 02 de agosto de 2023	1.117	3.359
Ata 028/2023 de 07 de agosto de 2023	33	103
Emissão de novas ações - 4ª emissão de Debêntures	41.193	10.186
Total em 31 de dezembro de 2023	41.038	1.920.820

b) Reserva de capital a realizar:

	31/12/2023	31/12/2022
Emissão de Bônus de Subscrição (*)	(297.319)	(297.319)
Ajuste a valor justo - Bônus de Subscrição	294.352	294.352
Bônus de Subscrição - 4ª emissão	(1.165)	—
Reserva de Capital	(4.132)	(2.967)
Valor justo das ações - Recuperação Extrajudicial	144.754	139.150
Reserva e transações de capital	144.754	139.150

(*) para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. **Quarta emissão de Bônus de Subscrição:** O Conselho de Administração aprovou em 06 de julho de 2023, a 4ª emissão de Bônus de Subscrição da Companhia. A Emissão é realizada em seguimento a Proposta Vinculante de Investimento de 27 de junho de 2023. Os detalhes a respeito da 4ª emissão de Bônus de Subscrição estão apresentados a seguir.

Série: — Emissão 06/07/2023
Data do vencimento final: 15/08/2024(*)
Quantidade subscrita: 6.920
Valor unitário R\$: 810
Valor total R\$: 5.605.200

(*) O prazo de exercício pode ser estendido por até 180 dias nos termos da emissão.

O preço de exercício dos Bônus de Subscrição é definido com periodicidade quinzenal, baseado na cotação média das ações da companhia ponderada pelo volume negociado nos dez pregões anteriores. As fixações de preço seguem calendário divulgado pela companhia, sendo que o direito de exercício ao respectivo preço é oportunizado na janela quinzenal subsequente. Até 31 de dezembro de 2023 foram integralizados e exercidos 6.572 bônus de subscrição. **c) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a qual a operação exterior está sujeita. O efeito acumulado é passível de reversão para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. **d) Dividendos:** Aos acionistas é prevista, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social. Em virtude dos prejuízos acumulados, dos resultados realizados e da sua situação financeira, a Companhia não tem apurado dividendos a pagar.

24. Instrumentos financeiros: **24.1 Gestão de Riscos Financeiros: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros que se agrupam em três segmentos principais, sem prejuízo de outros supervenientes: (i) Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento dos preços da economia, tais como, mas não se limitando a: taxas de juros, câmbio, inflação, ações e commodities; (ii) Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da inerteza quanto ao cumprimento de obrigações por contrapartes, sobretudo o recebimento de valores ou a entrega de bens adquiridos, seja em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira ou meios descumprimentos contratuais; (iii) Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade da Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do

	Plano 2017		Plano 2020		Plano 2023	
	Preço de Exercício	Máximo de Exercício	Preço de Exercício	Máximo de Exercício	Preço de Exercício	Máximo de Exercício
Outorgas	446.953	1,18 26/04/2024	807.868	1,78 02/09/2025	1.117.121	2,57 09/02/2027
	649.895	1,35 24/06/2027	348.250	2,57 09/06/2025	509.629	2,57 09/06/2025
			45.000	2,19 30/11/2025		
			135.000	2,74 30/11/2026		
			292.500	2,19 30/11/2025	178.750	2,57 30/11/2026
Outros Beneficiários		1,18 26/04/2024	406.250	2,74 30/11/2026		
Total			2.034.868		1.805.500	
— Exercíveis			907.868		—	
— Não Exercíveis (prazo)			1.127.000		1.625.500	
— Condicionadas			—		180.000	

Finalidade de seguro

- Seguro compreensivo empresarial R\$ 87.125
- Seguro de vida R\$ 51.115
- Seguro de responsabilidade civil geral R\$ 6.023
- Seguro de transporte internacional (*)
- (*) Valor em US\$ mil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi contratada pela Administração da Companhia dentro das condições de mercado vigentes e das restrições impostas à Companhia, objetivando a suficiência para cobrir eventuais sinistros.

26. Plano de opção de compra de ações - "Stock option": A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações cujos principais objetivos são estimular a performance da Companhia e reter seus profissionais chave. São dois os Planos de Outorga em vigor: (i) Plano Incentivado 2017, aprovado pela AGE de 12 de abril de 2017; Todas as outorgas previstas no âmbito deste plano já foram realizadas, havendo exercícios pendentes. (ii) Plano Incentivado 2020, aprovado pela AGE de 18 de agosto de 2020; Possui saldos a outorgar bem como exercícios pendentes. (iii) Plano Incentivado 2023, aprovado pela AGE de 19 de maio de 2023; Possui saldos a outorgar bem como exercícios pendentes. As opções outorgadas e não exercidas constam na tabela a seguir:

	Plano 2017		Plano 2020		Plano 2023	
	Preço de Exercício	Máximo de Exercício	Preço de Exercício	Máximo de Exercício	Preço de Exercício	Máximo de Exercício
Membros da Administração	446.953	1,18 26/04/2024	807.868	1,78 02/09/2025	1.117.121	2,57 09/02/2027
	649.895	1,35 24/06/2027	348.250	2,57 09/06/2025	509.629	2,57 09/06/2025
			45.000	2,19 30/11/2025		
			135.000	2,74 30/11/2026		
			292.500	2,19 30/11/2025	178.750	2,57 30/11/2026
Outros Beneficiários		1,18 26/04/2024	406.250	2,74 30/11/2026		
Total			2.034.868		1.805.500	
— Exercíveis			907.868		—	
— Não Exercíveis (prazo)			1.127.000		1.625.500	
— Condicionadas			—		180.000	

Conselho de Administração

Carlos Mario Calad Serrano
Celso Fernando Luchesi
João Marcos Cavichioni Felteiro

Rafael Gorenstein
Simone Anhaia Melo

Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marco Antônio Miola - Diretor sem designação específica

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marco Antônio Miola - Diretor sem designação específica

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso V do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marco Antônio Miola - Diretor sem designação específica

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Período	Receita líquida	Margem Ebitda
Entre 3 e 5 anos	R\$ 550 milhões (considerando a faixa de R\$ 450 milhões a R\$ 650 milhões)	17% a 23%
Entre 5 e 10 anos	R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões	NA

Relatório do Comitê de Auditoria - 18-03-2024

se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras; II.8 - relatório ao Conselho de Administração os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, comunicando os principais fatos, via registro nas atas de reuniões. II.9 - exercer funções e praticar os demais atos necessários ao cumprimento de suas responsabilidades. III - **Atividades do Comitê de Auditoria:** O Comitê reuniu-se em várias ocasiões, a saber: 31 de janeiro de 2023, 27 de março de 2023, 15 de maio de 2023, 07 de agosto de 2023, 07 de novembro de 2023 e 18 de março de 2024, registrando-se a presença dos três membros (dois membros na 1ª reunião havida em 31/01/2023, nas reuniões realizadas no referido período. Neste período, o Comitê de Auditoria também se reuniu ainda com a auditoria externa, com o presidente da Companhia, Sr. Rafael Gorenstein, e com a Sra. Vanessa Melo de Souza, Preparadora das Demonstrações Financeiras. Em reunião ordinária, a ocorrer em 22 de março de 2024, o Conselho de Administração acolhera a recomendação deste Comitê de Auditoria no sentido de aprovar as Demonstrações Financeiras ora discutidas e revisadas, por este mesmo Comitê. **IV - Atividades de Acompanhamento Bilateral:** Não decorreu do ano foram observados os seguintes pontos discutidos: **V - Temas Discutidos em 2023:** a) Demonstrações Financeiras/Financiamentos: Realizado o acompanhamento trimestral dos resultados financeiros da Companhia; Revisadas as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, minuta do relatório de administração e relatório do auditor contábil independente. Avaliadas as práticas contábeis adotadas; avaliado o processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras; avaliada a razoabilidade dos critérios de reconhecimento de receitas e realização de despesas que impactam de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia. b) Auditoria Contábil Independente: Avaliou a independência, especialmente no que se refere à prestação de outros serviços, e o cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis; Conheceu o Plano de Trabalho Anual do Auditor Independente; Acompanhou, e supervisionou, o trabalho da auditoria contábil independente; Tomou conhecimento do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras. c) Controles internos e compliance: Acompanhou e monitorou ferramentas utilizadas pela COMPANHIA para avaliação dos riscos, proteção dos ativos e na supervisão da efetividade das estruturas de compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro; Tomou conhecimento das políticas corporativas da COMPANHIA; Acompanhou os procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Acompanhou os procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Fraude bem como tomou conhecimento dos relatórios de apuração e respectivos resultados;

Acampou a disseminação e as ações relativas à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013, Decreto 8.420/2015 e Portaria CGU 909), Código de Ética e Conduta e Programa de Conformidade; Avaliou os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (TI); Avaliou o processo de monitoramento das ações judiciais, depósitos e bloqueios judiciais bem como a adequação das respectivas provisões contábeis; Acompanhou os controles relativos à área financeira; Acompanhou a gestão de contratação de terceiros; Acompanhou os trabalhos relacionados à implementação da LGPD; Acompanhou a identificação e mitigação do ambiente de TI e os riscos cibernéticos. d) Irregularidades e Denúncias: Acompanhou o desenvolvimento do processo para comunicação e monitoramento de sistemas e controles implementados pela Administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando que previram efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade dada. **VI - Destaques do Comitê de Auditoria:** Os membros do Comitê de Auditoria no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, destacam que discutiram detalhadamente, os procedimentos contábeis e de registro das transações mais relevantes levadas a registro contábil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, adrede refletidas nas atas da Reunião do Comitê de Auditoria, nas datas acima já citadas. Adicionalmente, o Coordenador discutiu o ambiente de controles internos e compliance com representantes da Administração, nada encontrando a reportar, quanto a riscos de controles internos. **VII - Recomendação Quanto às Demonstrações Financeiras de 2023:** Os membros do Comitê de Auditoria da Lupatech S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, e consoante reza o Regimento Interno deste Comitê, levaram a cabo a análise das demonstrações financeiras - individuais e consolidadas, e do relatório anual da Administração, inclusive Notas Explicativas às citadas demonstrações financeiras, preparadas para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, e, em base às informações providas, pela Administração, pelos Senhores Auditores Externos, este Comitê manifesta-se favorável, e destarte recomenda, ao Conselho de Administração sua aprovação, dos referidos documentos citados.

1. Paulo Pinheiro - RG nº 8.138.961-9 | CPF/MF nº 021.449.938-15 | CRC SP 134.267/O-6
2. Carlos Mario Calad Serrano - RNE nº V4711794 | CPF/MF nº 080.144.487-04
3. Celso Fernando Luchesi - RG nº 05220023-5 | FPF-RJ | CPF/MF sob o nº 117.047.300-82

Novo Odessa (SP) 18 de março de 2024

https://publicidadeleгал.Valor.com.br/valor/2024/03/28/LUPATECH1575160428032024.pdf
Hash:1711567682e14748f5e4504361a23042599ca0e369

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

continua

encimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas. **Riscos de Mercado:** O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Pela atuação internacional, a Companhia está exposta ao risco cambial de algumas moedas, principalmente do dólar norte-americano. A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	—	69	3	3
Contas a receber	13	305	13	726
Outros ativos	—	—	7.434	7.623
Partes relacionadas - Ativo	2.012	2.423	—	—
Empréstimos	(251)	(233)	(15.688)	(15.773)
Partes relacionadas - Passivo	(26.961)	(29.432)	—	—
Outros passivos	—			

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Lupatech S.A.** - Nova Odessa - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Lupatech S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Lupatech S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relacionada com a continuidade operacional:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas considerando o curso normal de suas operações e continuidade operacional, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, no entanto, vem buscando recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e serviço da dívida, além de estar apresentando prejuízos acumulados no montante de R\$1.980.690 mil. Essas condições indicam a existência de incerteza relacionada à sua continuidade operacional, que pode levantar dúvidas quanto à sua capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente. Dessa forma, a capacidade de realização dos seus ativos, dependem do sucesso do plano de restituição de créditos tributários e outros ativos, bem como das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem, principalmente, o crescimento das receitas e a melhoria de margens operacionais, descrito na Nota Explicativa nº 1.2. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação de perda ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e ágio (*goodwill*) - Controladora e Consolidado:** A Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), onde estão alocados o imobilizado, Ágio e Imposto de Renda Diferido, conforme as Notas Explicativas nºs 12, 13 e 19. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e lucro tributável futuro. A determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Em nossos

procedimentos de auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências na determinação do valor recuperável e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Efetuamos, ainda, a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia está adequada, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas com um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos atenção ao assunto descrito na Seção "Ênfases" no item Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, que é considerado um principal assunto de auditoria mas reportado em seção específica como requerido pela Norma de Auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional". **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato à governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 22 de março de 2024



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/LUPATECH1575160428032024.pdf>
Hash: 1711567682e14748f5e4504361a23042599ca0e369